

COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Três Anos de Trabalho

I. INTRODUÇÃO

A atuação da Comunidade Solidária rompe com a tradição do assistencialismo ao promover uma nova relação entre Estado e Sociedade para combater a exclusão social.

O combate à pobreza é feito mediante:

I – a coordenação da implantação de um conjunto de programas, chamado de Agenda Básica⁽¹⁾, selecionados segundo sua capacidade de impactar favoravelmente nas condições de vida dos mais pobres de todo o país;

II – a promoção de uma ação concentrada nos municípios mais carentes de cada estado – os bolsões de pobreza –, alvos da ação prioritária da Comunidade Solidária;

III – a construção de parcerias envolvendo os diferentes níveis de governo e a sociedade visando a potencializar os resultados e aportar recursos adicionais ao esforço nacional de enfrentamento da miséria.

A Comunidade Solidária para atingir seus objetivos busca uma atuação estatal eficiente e eficaz a partir da descentralização e integração das ações no nível local e melhoria da gestão das ações governamentais.

A estratégia que está sendo implementada descentralizadamente, a partir de ampla parceria envolvendo os governos federal, estadual e municipal e a sociedade, busca desvencilhar-se de práticas políticas ultrapassadas: estatismo, corporativismo, fisiologismo e clientelismo. Ao procurar livrar-se destes "ismos", a Comunidade Solidária tem alterado práticas utilizadas, no passado, como moeda de troca e de promoção política.

Todo esse esforço de racionalização da atuação do Estado visa à superação do paralelismo, da superposição e da fragmentação das políticas sociais.

Essa nova forma de atuação institucional, à qual se adequou a proposta da Comunidade Solidária, em processo permanente de construção, está decisivamente à frente de seu tempo e apresenta resultados efetivos que serão magnificados no médio e longo prazos. Desde já, é possível verificar resultados concretos da atuação governamental conseguidos sobre a égide da Comunidade Solidária.

1 - A Agenda Básica é composta de 16 programas federais, executados por cinco ministérios: Agricultura, Educação, Planejamento, Saúde e Trabalho, e articulados em seis áreas:

- *redução da mortalidade na infância*
- *suplementação alimentar*
- *apoio ao ensino fundamental e pré-escola*
- *apoio à agricultura familiar*
- *saneamento e habitação, e*
- *geração de ocupação e renda e qualificação profissional.*

[Retorna ao texto](#)

COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Três Anos de Trabalho

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

Brasília - 1998

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO

II. CONSTRUÇÃO DA REDE DE PARCEIROS

III. RECURSOS DA AGENDA BÁSICA

Recursos totais aplicados
Distribuição regional dos recursos aplicados

IV. MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS

V. AGENDA BÁSICA

Redução da mortalidade na infância
Alimentação
Apoio ao ensino fundamental e pré-escolar
Habitação e saneamento
Geração de ocupação e renda e qualificação profissional
Apoio à agricultura familiar

VI. RESULTADOS E DESAFIOS DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social

Apoio Institucional
Casa Civil
Secretaria Executiva do Programa
Comunidade Solidária

SECOM

Publicações

COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Três Anos de Trabalho

II. CONSTRUÇÃO DA REDE DE PARCEIROS

Inicialmente, deve-se destacar que o produto mais inovador da Comunidade Solidária é a construção de redes de parcerias que revelam uma nova forma de conceber e trabalhar a questão social. São redes constituídas sem hierarquia, por adesão dos parceiros e que funcionam baseadas no engajamento de seus integrantes: a rede de interlocutores governamentais (para implementar os programas da Agenda Básica), as redes das ações promovidas pelo Conselho (Alfabetização Solidária, Universidade Solidária, Capacitação de Jovens e Programa Voluntários) e a rede de parceiros que participam do processo de Interlocução Política.

A rede governamental da Comunidade Solidária, baseada em poucos mecanismos formais, vem-se consolidando rapidamente: são os interlocutores ministeriais, estaduais e municipais que, num trabalho quase subterrâneo e invisível, vêm promovendo a articulação entre os diferentes níveis de governo para melhorar a gestão dos programas da Agenda Básica e focalizar as ações visando a ampliar seu impacto.

Quadro I A REDE COMUNIDADE SOLIDÁRIA

1. Conselho Consultivo da Comunidade Solidária, que materializa uma parceria entre governo e sociedade, no âmbito do Governo Federal. Composto por 11 Ministros de Estado, a Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária e 21 personalidades da sociedade com as seguintes atribuições:

- mobilização da sociedade
- implementação de experiências inovadoras
- seleção de prioridades na área social

2. Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária, vinculada à Casa Civil da Presidência da República e que representa um espaço de coordenação e articulação, envolvendo:

- os Ministérios Setoriais;
- os Estados e Municípios; e
- a Sociedade Civil

Para o desenvolvimento de seus trabalhos conta com o apoio técnico do IPEA do Ministério do Planejamento e Orçamento.

3. Interlocutores Ministeriais da Comunidade Solidária que, juntamente com a Secretaria-Executiva e os governos estaduais, definem diretrizes e estratégias operacionais, ouvindo os Conselhos e Comissões setoriais; respondem pela implementação dos programas e articulam-se com os estados e municípios.

4. Interlocutores Estaduais da Comunidade Solidária, que são atores fundamentais no processo. São autoridades dos próprios Estados designados pelos Governadores para cumprirem o papel de articulador, evitando-se a criação de mais uma instância burocrática. Sua principal função é de aglutinar os demais secretários estaduais e governos municipais no desenvolvimento da Comunidade Solidária.

5. Interlocutores Municipais da Comunidade Solidária. Os governos locais são responsáveis pela implantação das ações. É no município que se materializa a convergência e a integração das ações.

6. Instituições da Sociedade e Organismos Internacionais que desejam celebrar parcerias com o governo, engajando-se, desse esforço nacional de combate à pobreza.

Os resultados obtidos nas frentes de atuação da Comunidade Solidária – melhoria da eficiência e eficácia dos programas da Agenda Básica, focalização e convergência das ações nos municípios mais pobres e celebração de parcerias – devem-se à atuação constante de toda a rede Comunidade Solidária. São diversos os instrumentos que possibilitam e estimulam o funcionamento dessa rede. A seguir são apresentados alguns desses mecanismos: I – a utilização de critérios técnicos e transparentes para seleção dos municípios-alvo da atenção especial da Comunidade Solidária;

II – a implementação de instrumentos legais, destacando-se:

- as Leis de Diretrizes Orçamentárias que vêm isentando, desde 1996, de contrapartidas financeiras os municípios prioritários da Comunidade Solidária;
- a Medida Provisória nº 1.542-22 que suspendeu, para todos os municípios do país, as inadimplências de

estados e municípios;

III – a promoção de reuniões de Interlocutores da Comunidade Solidária – ministeriais e estaduais – que objetivam debater, conjuntamente, o andamento do Programa. No triênio 95/97 foram realizados seis encontros nacionais. Esse mesmo mecanismo se reproduz em nível estadual, onde o Interlocutor de cada Unidade da Federação reúne, periodicamente, os representantes das prefeituras municipais selecionadas como prioritárias pela Comunidade Solidária;

IV – a participação dos Interlocutores Estaduais nos conselhos e nas comissões estaduais dos programas sociais (PRONAF, Desenvolvimento Urbano, Emprego etc.) o que possibilita articular a prioridade e a convergência dos programas nas áreas especialmente definidas como prioritárias;

V – a implementação de um sistema de informação sobre o desempenho dos programas da Agenda Básica que é utilizado pelos Interlocutores, nos diversos níveis do governo, como instrumento de acompanhamento e monitoramento das ações da Comunidade Solidária;

VI – a celebração de um diálogo permanente com organizações da sociedade civil, tanto por parte do Conselho como da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[III. Recursos da Agenda
Básica](#)

COMUNIDADE SOLIDÁRIA

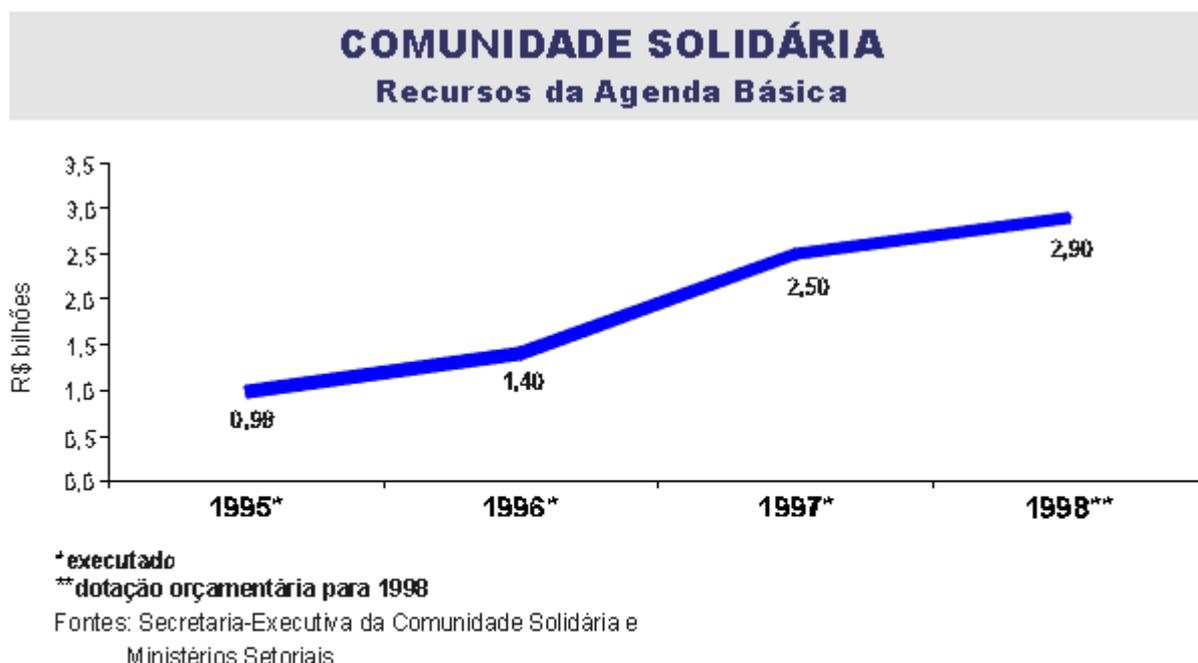
Três Anos de Trabalho

III. RECURSOS DA AGENDA BÁSICA

Recursos totais aplicados

A aplicação de recursos na implantação dos programas da Agenda Básica, mediante transferências a fundo perdido, pelos ministérios e órgãos federais, aos governos estaduais e municipais, tem crescido significativamente passando de R\$ 980,0 milhões em 1995 para R\$ 2,5 bilhões em 1997. A previsão para 1998 é de R\$ 2,9 bilhões.

Gráfico 1



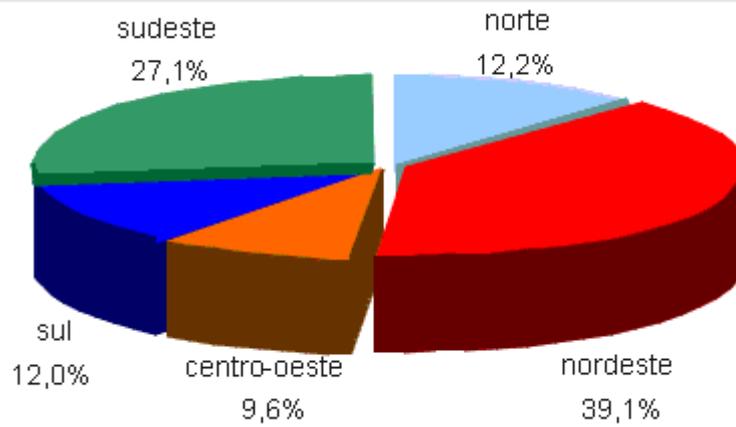
Distribuição regional dos recursos aplicados

A distribuição regional dos recursos totais da Comunidade Solidária no triênio 1995/1997 (R\$ 4,8 bilhões) privilegiou as regiões mais pobres do país. Assim, a Região Nordeste recebeu 39,1% e 12,2% foram gastos no Norte. Essas duas regiões absorveram 51,3% dos recursos. Os restantes 48,7% foram assim distribuídos: 27,1% para o Sudeste; 12,0% para o Sul e 9,6% para o Centro-Oeste.

Gráfico 2

RECURSOS DA AGENDA BÁSICA

Distribuição por Região - Triênio 1995/1996/1997



Fontes: Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária e
Ministérios Setoriais

Total: R\$ 4,8 bilhões

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[IV. Municípios Prioritários](#)

COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Três Anos de Trabalho

IV. MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS

O número de municípios alvo da ação prioritária da Comunidade Solidária – os bolsões de pobreza – selecionados pelos estudos técnicos do IPEA, IBGE e UNICEF totalizam, atualmente, 1.368 governos locais, incluindo as capitais.

O ingresso desses municípios nos programas da Comunidade Solidária ocorreu no triênio 1995/1997 do seguinte modo:

1995	302 municípios
1996	809 municípios
1997	277 municípios
Total	1.368 municípios

Gráfico 3



Fonte: Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária

Foram aplicados R\$ 4,8 bilhões no âmbito da Agenda Básica da Comunidade Solidária em todo o país, no triênio 1995/1997. Cerca de 38% deste total, equivalentes a R\$ 1,8 bilhão, foram direcionados para os municípios prioritários.

O último levantamento feito pela Secretaria-Executiva aponta que, em 1996, o repasse médio por município alvo da ação prioritária – exclusive as capitais – foi de aproximadamente R\$ 400,0 mil, correspondente a um adicional de 25% dos repasses realizados pelo FPM – Fundo de Participação dos Municípios para esse conjunto de prefeituras.

O apoio da Comunidade Solidária aos municípios mais pobres do país (tanto com relação aos recursos financeiros como, indiretamente, liberando-os de algumas exigências legais) contribuiu decisivamente para que fossem ali implementadas ações de combate à fome e à miséria que, de outra forma, dificilmente seriam executadas.

No que se refere ao esforço de promover a ação concentrada dos programas da Agenda Básica nos municípios prioritários (convergência das ações) destaca-se que, em 1996, a média alcançada foi de 8 programas por

município. Quase todos os municípios (92%) implantaram cinco ou mais programas e 20% dessas localidades alcançaram uma cobertura de, no mínimo, dez ações da Agenda Básica da Comunidade Solidária. Tais resultados são estimulantes por dois motivos: de um lado, porque, em 1996, 73% dos municípios prioritários tinham ingressado há menos de um ano na Comunidade Solidária; de outro lado, em função da legislação eleitoral, os convênios tiveram que ser celebrados até junho de 1996. Isto ilustra o esforço da rede Comunidade Solidária para a obtenção do desempenho mencionado.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[V. Agenda Básica](#)

COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Três Anos de Trabalho

V. AGENDA BÁSICA

Os 16 programas federais que compõem a Agenda Básica da Comunidade Solidária se distribuem em seis áreas de atuação (Redução da Mortalidade na Infância; Alimentação; Apoio ao Ensino Fundamental e Pré-Escolar; Habitação e Saneamento; Geração de Ocupação e Renda e Qualificação Profissional; e Fortalecimento da Agricultura Familiar) e são executadas por cinco ministérios (Saúde; Educação e Desporto; Agricultura e Abastecimento; Trabalho; e Planejamento e Orçamento).

Redução da mortalidade na infância

O esforço do Ministério da Saúde para combater a mortalidade na infância envolve a execução das seguintes ações:

I – atenção Integral à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente;

II – combate à Desnutrição Infantil;

III – saneamento Básico;

IV – imunização; e,

V – programa dos Agentes Comunitários de Saúde – PACS.

O Programa de Combate à Desnutrição Infantil – distribuição de leite e óleo de soja associada às ações básicas de saúde para crianças e gestantes desnutridas – envolveu, em 1997, R\$ 98,2 milhões, ou seja, mais do que triplicou os recursos aplicados em 1996. Cerca de mil municípios foram beneficiados por essa ação em 1997.

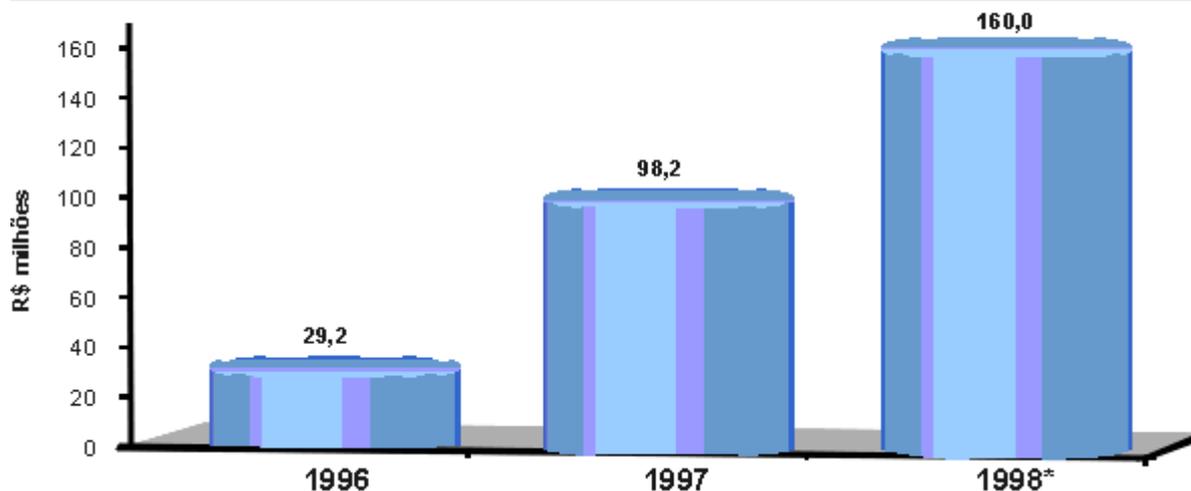
Em 1998, estão previstos cerca de R\$ 160,0 milhões para a universalização do programa no âmbito do Piso de Atenção Básica – PAB do Ministério da Saúde.

O conjunto de ações governamentais aliado aos trabalhos da sociedade civil tem contribuído para a significativa queda da desnutrição infantil no Brasil. Na década de 70, de cada três crianças menores de 5 anos, uma era desnutrida. Em 1996, essa relação baixou significativamente: de cada dez crianças apenas uma apresentava algum grau de desnutrição.

Gráfico 4

COMBATE À DESNUTRIÇÃO INFANTIL

Recursos Aplicados



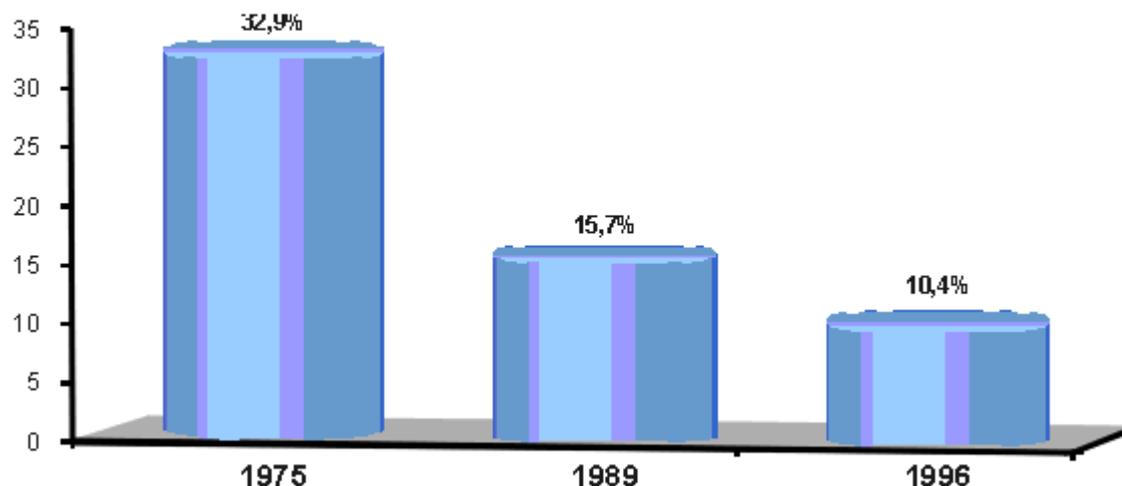
* previsão

Fonte: Ministério da Saúde

Gráfico 5

PREVALÊNCIA DA DESNUTRIÇÃO

Em Crianças Menores de 5 Anos



Fontes: ENDEF/PNSNDHS

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, executado pelo Ministério da Saúde em parceria com os governos estaduais e as prefeituras, dobrou o número de famílias atendidas entre 1994 e 1997, passando de 4,2 milhões para cerca de 8,2 milhões.

Estão atuando no país aproximadamente 55 mil agentes, sendo que a meta do Ministério da Saúde é ampliar esse número para 100 mil em 1998.

Gráfico 6

PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Famílias Atendidas

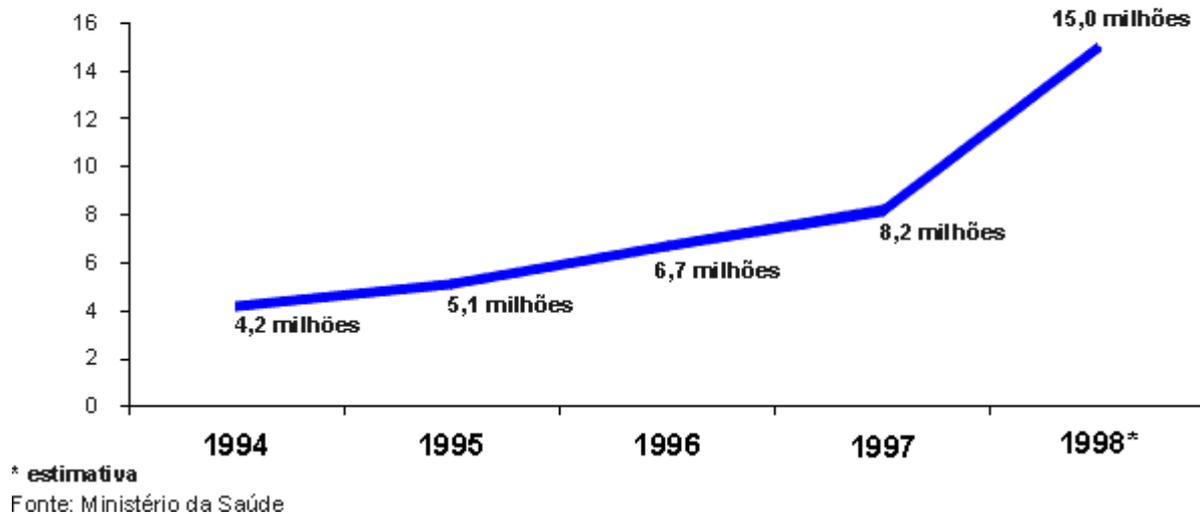


Gráfico 7

PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Número de Agentes

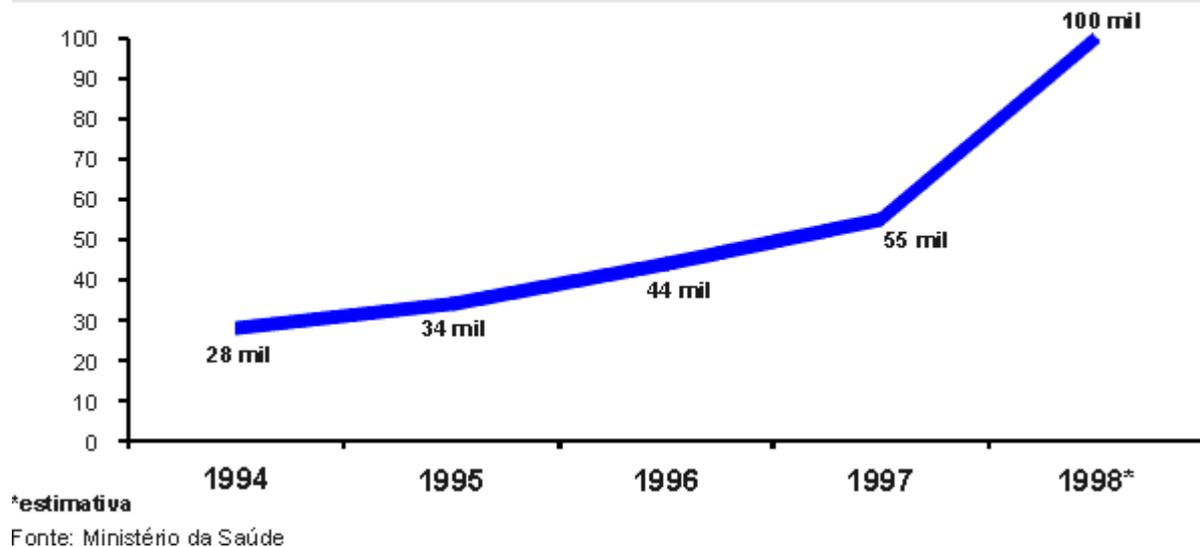
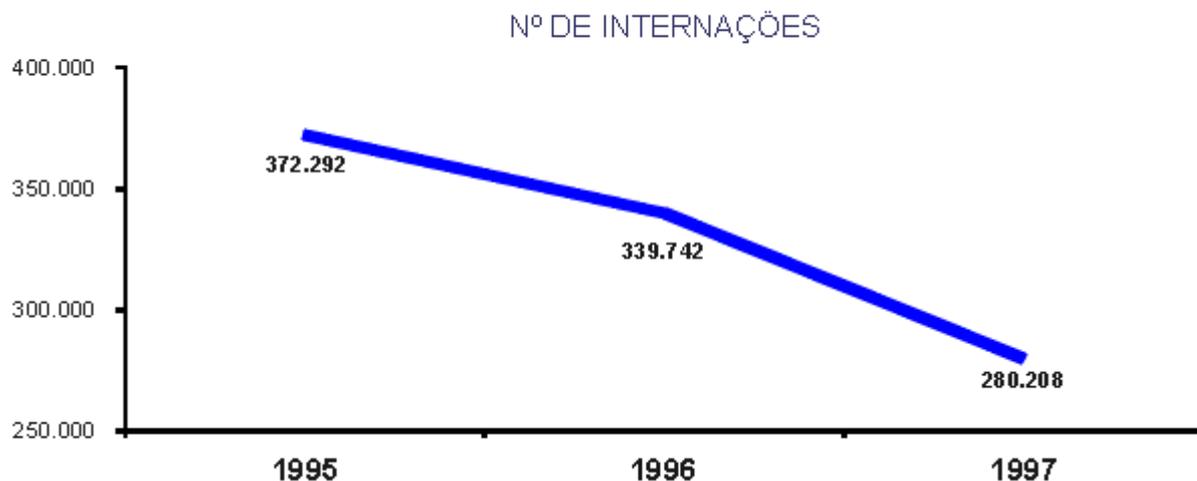


Gráfico 8

O Ministério da Saúde aplicou, em 1997, mais de meio bilhão de reais no combate à mortalidade infantil. Esse esforço tem contribuído para melhorar os indicadores de internações e óbitos em crianças menores de cinco anos. Segundo dados do Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança – PAISC, houve uma queda, no triênio 1995/1997, de 25% nas internações hospitalares e de 30% no número absoluto de óbitos de crianças menores de cinco anos nos municípios prioritários do Projeto de Redução da Mortalidade na Infância – PRMI.

INTERNAÇÕES EM MENORES DE 5 ANOS NO SUS

913 Municípios de Risco - 1995/1997

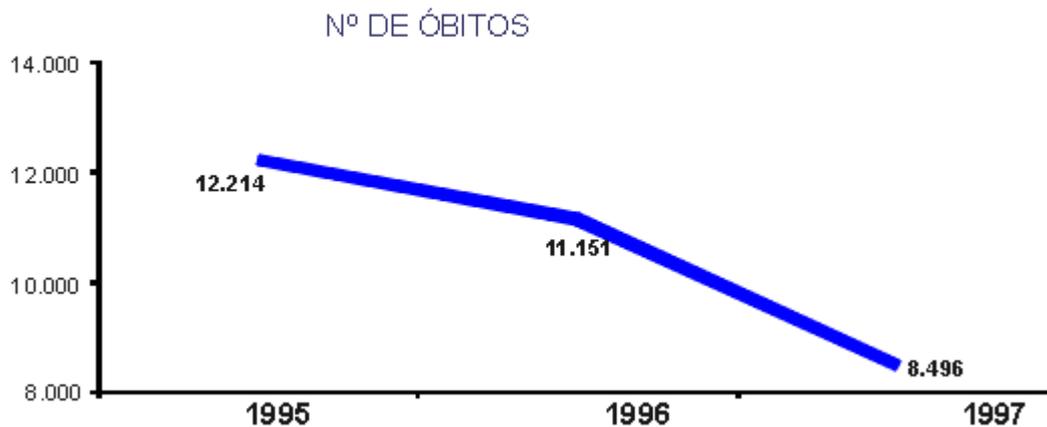


Fontes: DATASUS/COMIN/MS

Gráfico 9

ÓBITOS EM MENORES DE 5 ANOS NO SUS

913 Municípios de Risco - 1995/1997



Fontes: DATASUS/COMIN/MS

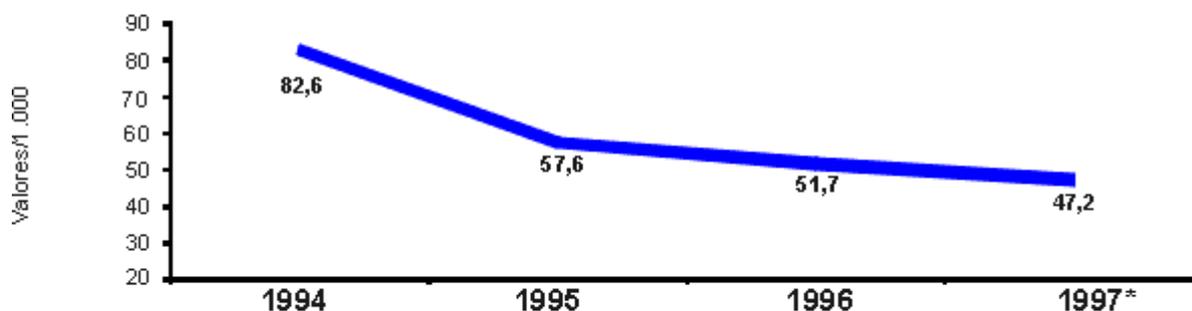
A aplicação de recursos pelo Ministério da Saúde associada aos efeitos da estabilização econômica, à convergência das ações de combate à miséria promovida pela Comunidade Solidária nos bolsões de pobreza do país, aos demais investimentos sociais do governo como um todo e à crescente participação da sociedade em atividades públicas, contribuíram para melhorar os índices de mortalidade infantil no Brasil.

Assim, segundo dados do Sistema de Informação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – SIPACS verifica-se uma queda de 43% no Coeficiente de Mortalidade Infantil, nas áreas acompanhadas pelo Programa, no quadriênio 1994/1997, que passou de 82,6 por mil (1994) para 47,2 por mil (1997).

Gráfico 10

COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL

Em Áreas Cobertas pelo Pacs 1994/1997



* dados preliminares

Obs.: Dados provenientes dos municípios que informam todos os meses em cada ano.

Fontes: SIPACS/COSAC/MS

Alimentação

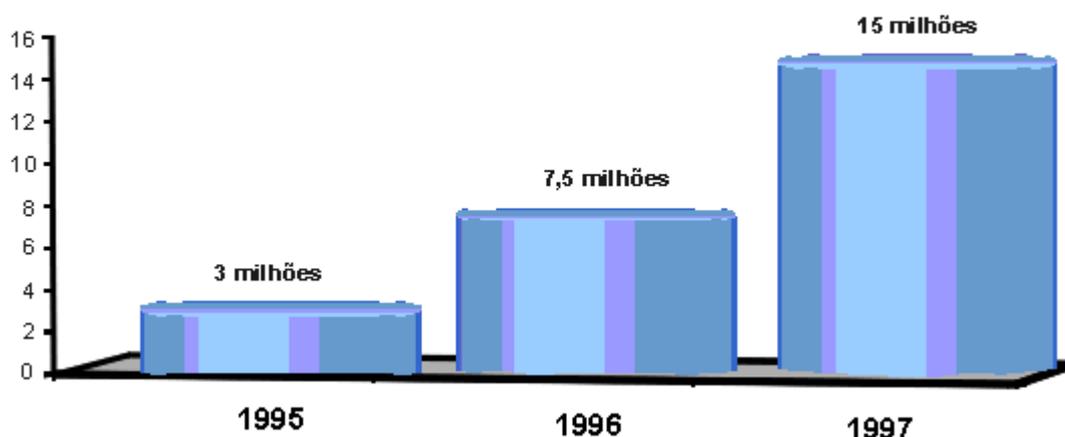
A área de alimentação da Comunidade Solidária envolve a distribuição de cestas de alimentos e a merenda escolar. As cestas são distribuídas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, do Ministério da Agricultura e Abastecimento – MAA, no âmbito do Programa de Distribuição de Alimentos – PRODEA. A distribuição da merenda escolar é feita pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação e do Desporto – MEC.

A distribuição de cestas de alimentos pela CONAB, o PRODEA, quintuplicou entre 1995 e 1997 passando de 3 milhões de cestas em 1995 para 15 milhões de cestas em 1997. São atualmente atendidas cerca de um milhão e meio de famílias indigentes nos municípios alvo da ação prioritária da Comunidade Solidária, exclusive as capitais, mais famílias indígenas e trabalhadores rurais sem-terra acampados.

Gráfico 11

DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS - PRODEA

Número de Cestas Distribuídas



Fonte: Ministério da Agricultura e do Abastecimento

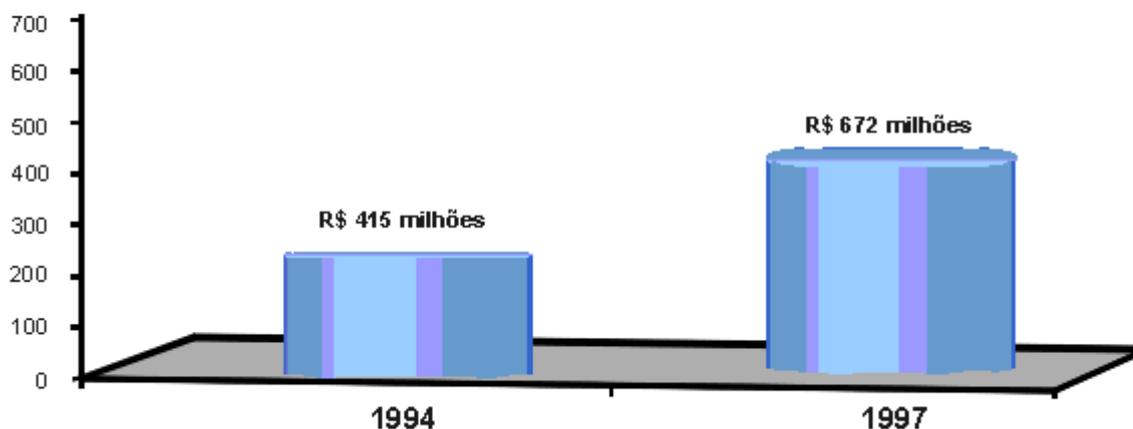
O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE aplicou, em 1997, R\$ 672 milhões para o atendimento de 35 milhões de crianças, ou seja, um incremento de cerca de R\$ 260 milhões em relação a 1994.

Os municípios prioritários da Comunidade Solidária consumiram, em 1997, R\$ 191,9 milhões do PNAE, o que corresponde a cerca de 29% do total aplicado no país. Em termos proporcionais, esses municípios receberam mais

recursos da merenda, promovendo, assim, um efeito redistributivo em favor dos mais pobres.

Gráfico 12

MERENDA ESCOLAR **Recursos Aplicados**



Fontes: FNDE/MEC

Apoio ao ensino fundamental e pré-escolar

A participação do Ministério da Educação e do Desporto-MEC na Comunidade Solidária ocorre também mediante a implantação de um conjunto de programas que visam ao fortalecimento do ensino fundamental e da educação pré-escolar nos municípios prioritários.

Essas ações têm por objetivo:

- I – construir e equipar pré-escolas (Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar);
- II – promover o transporte das crianças (Programa Nacional de Transporte Escolar – PNTE);
- III – prestar assistência à saúde dos alunos da primeira à quarta série (Programa Saúde do Escolar);
- e
- IV – dotar as escolas de condições adequadas de funcionamento (Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental/PMDE, mais conhecido como Dinheiro na Escola).

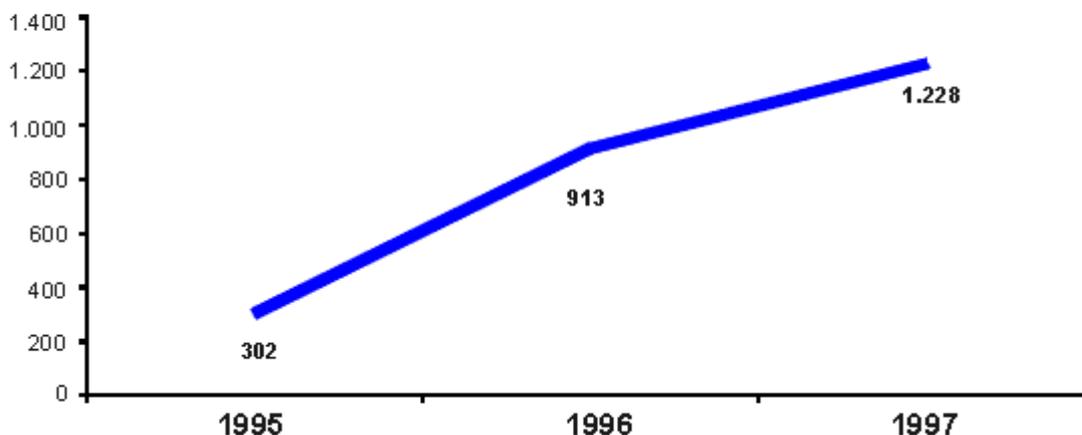
O *Programa Nacional de Transporte Escolar*, cuja execução está a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do MEC, já beneficiou no triênio 1995/1997 um total de 1.228 municípios prioritários da Comunidade Solidária.

Esse programa tem sido fundamental para melhorar a escolarização nas áreas rurais dos bolsões de pobreza. Em Minas Gerais, por exemplo, avaliações realizadas pela Secretaria Estadual da Educação, em 1996, mostraram que foram beneficiados, naquele ano, 18 mil alunos de escolas rurais do ensino fundamental, dos quais 7,6 mil (42%) retornaram às escolas graças à oferta do serviço de transporte escolar.

Gráfico 13

TRANSPORTE ESCOLAR

Municípios Prioritários da Comunidade Solidária Atendidos



Fonte: Ministério da Educação e do Desporto

O *Programa Saúde do Escolar* atendeu a 640 municípios, em 1997, com diversas ações voltadas para a saúde dos estudantes da 1ª à 4ª série do primeiro grau.

No triênio 1995/1997, o *Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar* – construção e equipamento de pré-escolas – aprovou projetos beneficiando 747 municípios prioritários.

Por último, o *Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental* – PMDE, mais conhecido como Dinheiro na Escola – atendeu 1.297 municípios – alvo da atenção especial da Comunidade Solidária.

TABELA 1 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS RECURSOS DE APOIO AO ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLARE DAS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS MATRICULADAS NOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA – 1997

Regiões	Crianças de 7 a 14 anos matriculadas nos municípios da Comunidade Solidária		Recursos repassados (R\$ milhões)					
	Números absolutos	%	PNTE	Educação Infantil	Saúde do escolar	PMDE	Total	%
Nordeste	2.729.472	29,4	5,9	9,1	5,6	38,4	59,0	37,0
Norte	998.925	10,8	2,3	2,2	3,6	14,3	22,4	14,0
Centro-Oeste	873.608	9,4	0,7	0,5	1,4	11,6	14,2	8,9
Sudeste	3.794.500	40,9	5,2	5,4	3,0	35,0	48,6	30,5
Sul	889.220	9,5	1,6	3,7	1,0	9,0	15,3	9,6
Total	9.285.725	100,0	15,7	20,9	14,6	108,3	159,5	100,0

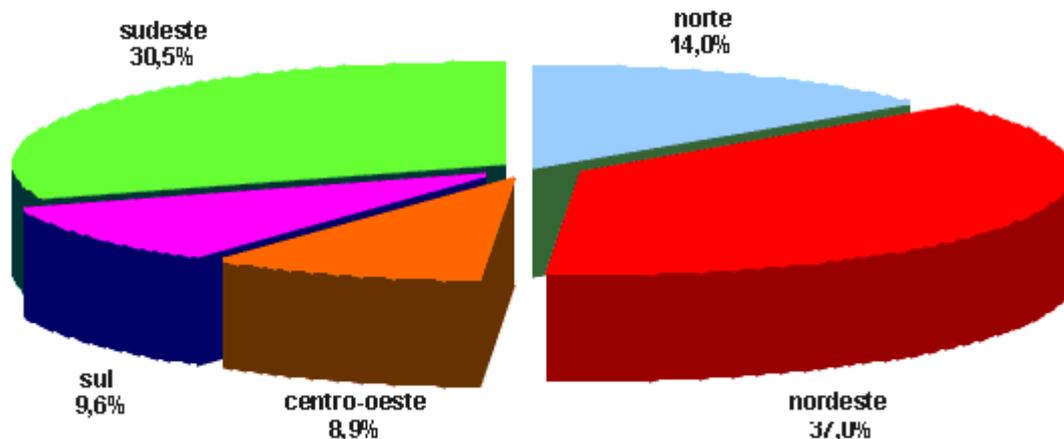
Fontes: FNDE; MEC-INEP-SEEC – Censo Educacional de 1996 Elaboração: IPEA-DICOD

Os programas do FNDE contribuíram para promover uma maior equidade regional: as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste absorveram 60% dos recursos. Nessas regiões vivem 50% das crianças de 7 a 14 anos matriculadas na rede pública de ensino fundamental dos municípios prioritários da Comunidade Solidária. De outro lado, o Sul e Sudeste do país, que reúnem a outra metade dos alunos de 7 a 14 anos matriculados, receberam 40% do total de recursos .

Gráfico 14

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO APOIO AO ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLAR E DAS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS MATRICULADAS NOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA - 1997

RECURSOS FINANCEIROS

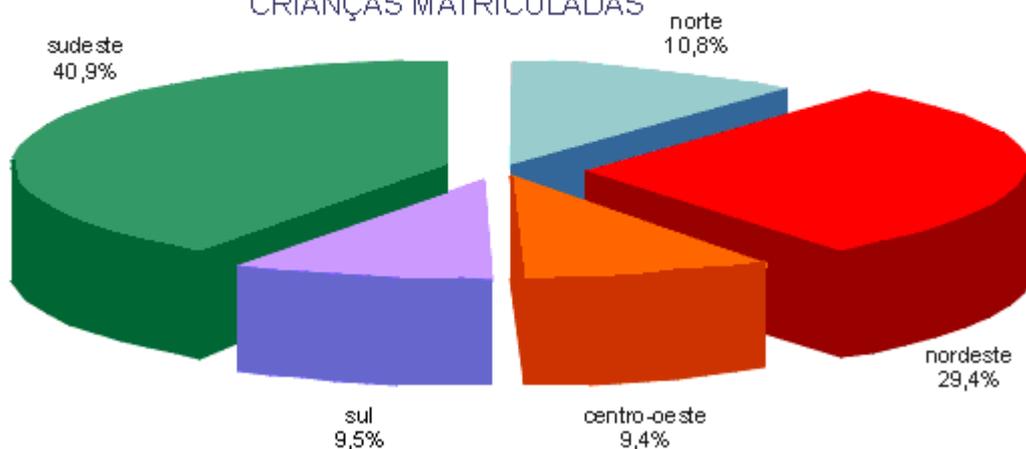


Fontes: MEC/FNDE

Gráfico 15

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO APOIO AO ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLAR E DAS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS MATRICULADAS NOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA - 1997

CRIANÇAS MATRICULADAS



Fontes: MEC/FNDE

Habitação e saneamento

- Saneamento

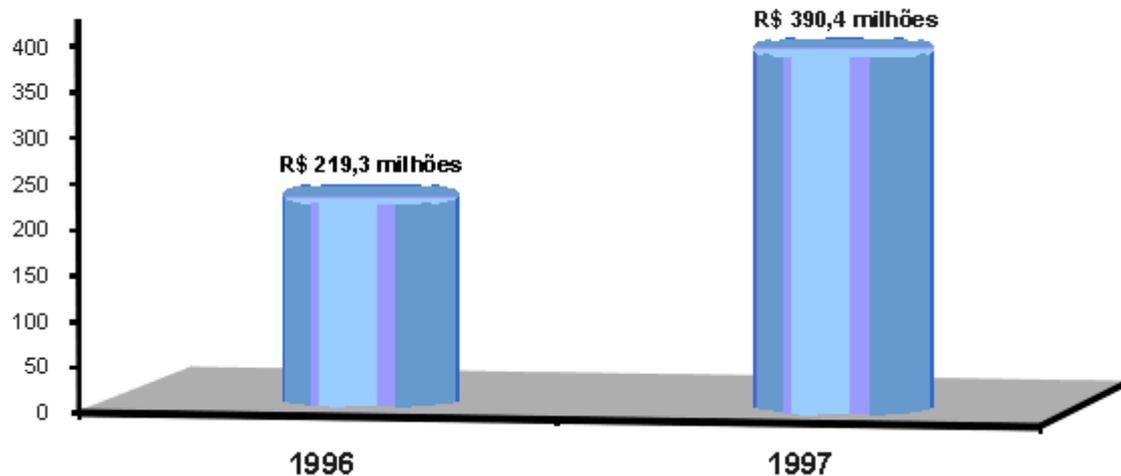
O *Programa de Ação Social em Saneamento – PASS* é coordenado pela Secretaria de Política Urbana – SEPURB, órgão do Ministério do Planejamento e Orçamento, e executado em parceria com a Caixa Econômica Federal, os estados e os municípios. O programa, criado em 1996, aplicou R\$ 219,3 milhões naquele ano e R\$ 390,4 milhões em 1997, o que representa um expressivo acréscimo de 78%.

Este programa tem por objetivo melhorar as condições de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário das famílias carentes.

Gráfico 16

PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO - PASS

Recursos Contratados



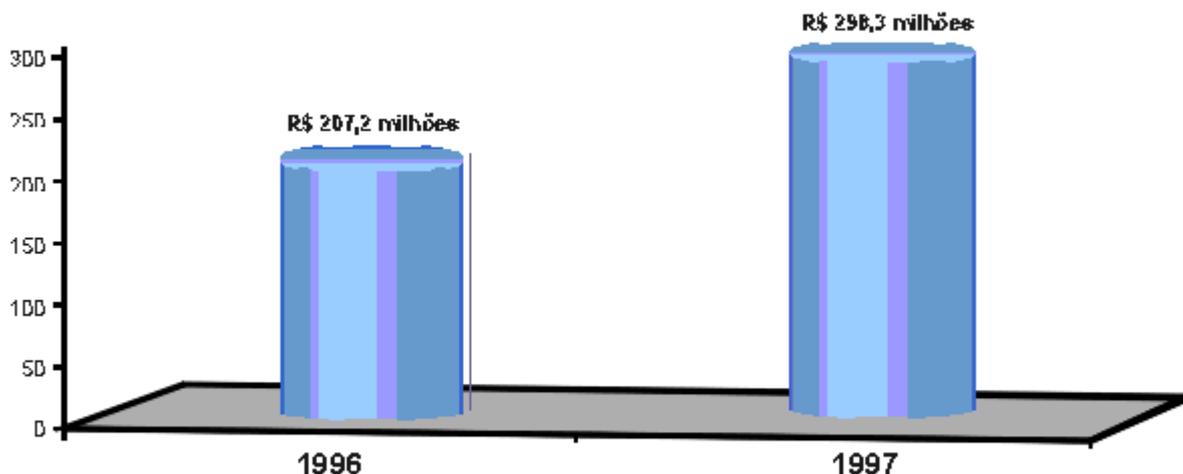
Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

- **Habitação**

O *Programa Habitar Brasil* é coordenado pela Secretaria de Política Urbana – SEPURB, órgão do Ministério do Planejamento e Orçamento e executado em parceria com a Caixa Econômica Federal, os estados e os municípios. Foram aplicados em 1996 – primeiro ano de sua existência – R\$ 207,0 milhões. Em 1997 foram contratados R\$ 298,3 milhões para melhoria das condições habitacionais das famílias carentes, o que representou um acréscimo de 44,1% em relação ao ano anterior.

Gráfico 17

HABITAÇÃO HABITAR-BRASIL Recursos Contratados



Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

Geração de ocupação e renda e qualificação profissional

Esta área é composta pelo Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e pelo Programa Nacional de Formação Profissional – PLANFOR, ambos de responsabilidade do Ministério do Trabalho e financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

- **PROGER (Urbano e Rural)**

O PROGER (Urbano e Rural) aplicou, no triênio 1995/1997, cerca de R\$ 3,0 bilhões em financiamentos, sendo R\$ 1,1 bilhão nos centros urbanos e R\$ 1,9 bilhão nas áreas rurais.

Já foram concedidos cerca de 360 mil empréstimos, sendo 30,5% nas cidades e 69,5% no campo.

O valor médio das aplicações foi de R\$ 10.468,00 nos centros urbanos e R\$ 7.767,00 nas áreas rurais.

Os municípios prioritários da Comunidade Solidária beneficiados pelo PROGER (Urbano e Rural), no triênio 1995/1997, somam 707 localidades, ou seja, 52% do total dos municípios prioritários. Os valores aplicados nesses municípios totalizam R\$ 376,0 milhões, o que demonstra existir capacidade para absorção de investimentos nas regiões mais carentes do país.

- **PLANFOR**

O Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR capacitou 1,2 milhão de trabalhadores em 1996 e cerca de 2,0 milhões de pessoas em 1997.

Mais de dois terços dos municípios que recebem atenção especial da Comunidade Solidária foram contemplados com os cursos do PLANFOR.

O grande desafio consiste, agora, em articular, no nível local, os programas de educação profissional com os financiamentos do PROGER urbano e rural.

Gráfico 18

EMPREGO E RENDA	
Educação Profissional	
I - PROGER URBANO	
1995 - R\$ 173 milhões aplicados	
1996 - R\$ 440 milhões aplicados	
1997 - R\$ 527 milhões aplicados	
II - PROGER RURAL	
1995 - R\$ 413 milhões aplicados	
1996 - R\$ 901 milhões aplicados	
1997 - R\$ 605 milhões aplicados	
III - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
1996 - 1,2 milhão de trabalhadores capacitados	
1997 - 2,0 milhões de trabalhadores capacitados	

Fonte: Ministério do Trabalho

Apoio à agricultura familiar

O *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF* compreende a implantação de ações de infra-estrutura e serviços nos municípios selecionados, a partir de critérios técnicos, para participar do programa; a capacitação e profissionalização de agricultores familiares; e, o financiamento da produção da agricultura familiar, por intermédio de agentes financeiros que se orientam pelas Resoluções do Banco Central.

O *PRONAF* concedeu financiamentos de R\$ 2,2 bilhões no triênio 1995/1997 aos produtores familiares.

Além dos financiamentos concedidos para custeio de safras e realização de investimentos rurais, o *PRONAF* aplicou cerca de R\$ 71 milhões em infra-estrutura municipal, capacitação e profissionalização de agricultores familiares, em 1997.

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF
Aplicações em Crédito Rural

Recursos FAT, fundos constitucionais e exigibilidades bancárias

1995
R\$ 36 milhões

1996
R\$ 650 milhões

1997
R\$ 1,6 bilhão

Fonte: Ministério da Agricultura e do Abastecimento

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[VI. Resultados e Desafios
da Comunidade Solidária](#)

Três Anos de Trabalho

VI. RESULTADOS E DESAFIOS DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

O trabalho desenvolvido pela Comunidade Solidária é parte importante da ação social do Governo.

Rompe com a tradição do assistencialismo, ao promover uma relação de parceria entre Estado e Sociedade.

A Comunidade Solidária vem desenvolvendo novas formas de coordenação dos programas sociais com resultados muito expressivos.

Os seguintes indicadores refletem tais resultados:

- índices de desnutrição dos menores de cinco anos: redução do nível de 32,9% em 74 para 10,4% em 1996;
- mortalidade infantil: redução de 43% em 1997, em comparação com 1994, nas áreas acompanhadas pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde;
- internações hospitalares e óbitos em crianças menores de cinco anos nos municípios de risco do PRMI: quedas de 25% e 35%, respectivamente, no triênio 1995/1997;
- proporção de crianças fora da escola: redução de 13,4% em 1992 para 8,8% em 1996; e, taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais: redução do nível de 16,5% em 1992 para 13,8% em 1996.

A Comunidade Solidária continua a enfrentar grandes desafios. Dentre eles está o de contribuir de forma concreta e efetiva para promover o desenvolvimento sustentável e, assim, erradicar o atraso e a estagnação que marcou os bolsões de pobreza em nosso país. Para isso, é preciso elevar ainda mais o nível de cobertura dos programas da Agenda Básica da Comunidade Solidária.

Para enfrentar os desafios, é preciso:

- efetivo cumprimento pelos Ministérios das metas previstas e dos cronogramas de repasse financeiro dos programas da Agenda Básica.

Esse é um esforço federal

- maior engajamento das unidades da Federação destacando-se o fortalecimento das interlocuções estaduais da Comunidade Solidária.

Esse é um esforço estadual

- maior comprometimento das comunidades locais no combate à fome e à exclusão social.

Esse é um esforço que exige o envolvimento de toda a rede Comunidade Solidária e do conjunto da sociedade requerendo, dentre outras ações, a capacitação técnica e administrativa dos gestores dos municípios mais pobres.